

# **Identidade Política Anacé: uma construção através da luta e do território<sup>1</sup>**

Letícia Lucindo Queiroz<sup>2</sup>

## **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre a construção da etnicidade do povo Anacé, percebendo-a desde o levante étnico até a contínua demarcação do seu senso de pertencimento. Atrrelado a esse movimento, serão abordados os impactos das disputas territoriais decorrentes da implantação do Porto do Pecém em terras tradicionais, bem como a expropriação histórica causada por grileiros e fazendeiro nas aldeias Anacé. Será destacada a relação dialética desses processos com o fortalecimento étnico, que constitui o foco desta pesquisa, buscando também evidenciar a relação assimétrica estabelecida com o megaempreendimento, conhecido posteriormente de Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Os reflexos dessa situação de conflito têm se manifestado em vários âmbitos, como econômico, social, político, territorial e identitário, os quais serão abordados e analisados conjuntamente. Nossa análise estará centrada nos debates sobre o movimento de resistência, levante étnico, construção identitária, territorialidade e, principalmente, no trabalho coletivo de preservação e vivência da tradição indígena. É importante ressaltar como as disputas territoriais geraram uma reação que foi canalizada em organização e mobilização do povo dentro de um contexto impar na história do Ceará. Nesse embate, por meio da necessidade de autoafirmação e enfrentamento, os atores vêm construindo resistência ao avanço do modelo desenvolvimentista, que esvazia as terras de sua vitalidade e significado. Dessa forma, almejamos compreender a questão Anacé e como ela contribui para os debates estabelecidos no campo acadêmico integrando as perspectivas teóricas à dinâmica das populações em luta.

**Palavras-chave:** Anacé; Identidade Indígena; Levante étnico; Territorialidade.

---

<sup>1</sup> Este artigo é requisito parcial para a aprovação na graduação em Bacharelado em Antropologia pela UNILAB. Orientado pela Prof. Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz, coorientado pela Prof. Dra. Caroline Farias Leal. Avaliando pelos professores

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Antropologia pela UNILAB. Mestranda em Antropologia pela UFPE.

## Introdução

A minha interação com o povo indígena Anacé foi iniciada em 2018, durante uma visita à aldeia Japuaara, localizada no município de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, Ceará. Fomos recebidos pelo Cacique Antônio, uma figura central desta pesquisa, que nos introduziu à questão Anacé e nos levou para conhecer a aldeia, em especial os territórios retomados que estavam sendo ressignificados<sup>3</sup>. Durante uma roda de conversa com os estudantes de Antropologia da UNILAB, o Cacique compartilhou sobre os conflitos estabelecidos em seus territórios e as formas de luta e enfrentamento construídas ao longo do processo de reorganização do povo. Naquele primeiro momento, tivemos a oportunidade de interagir com o território, almoçar com a comunidade, conhecer outras lideranças e descansar debaixo do famoso cajueiro, onde é dançado o toré. Ouvimos as histórias e anseios desse povo que enfrenta a invisibilidade, desconhecimento social e descaso político, fatores estes que contribuem para a opressão e o estigma que sofrem cotidianamente. Cacique Antônio se encantou em 2019, foi uma liderança histórica e sua lembrança ainda é uma presença constante na luta, pois desempenhou um papel fundamental nos processos que serão analisados nesta pesquisa. Deixou um legado na construção e fortalecimento da identidade Anacé e atualmente seus dois filhos, Climério e Roberto, compartilham o cacicado da grande Japuaara, aldeia mãe e nosso principal local de pesquisa, que engloba dezenas de comunidades na terra tradicional.

Os Anacé estavam localizados, inicialmente, em dois municípios, São Gonçalo do Amarante e Caucaia, atualmente residem apenas em Caucaia. Oficialmente se contabiliza mais de 2 mil pessoas Anacé, com base em censos realizados<sup>4</sup>, no entanto as lideranças afirmam que esse número passa de 3 mil pessoas. Trata-se de difícil quantificação pela dispersão demográfica, com muitas aldeias e com alto nível de intrusão de não indígenas no território. Em meados de 1990 deu-se início a uma série de desapropriações, que ocorreram de forma desrespeitosa e intransigente, das terras de famílias que vivem lá há décadas (ou séculos), com o objetivo de implantar um Porto, que já dava sinais do gigantesco impacto que teria sobre essa região e, mais dolorosamente, sobre esse povo, que não eram identificados com indígenas até então. O levante étnico, que será escrutinado no decorrer da pesquisa, está atrelado à luta e mobilização ocasionada pelo Porto.

---

<sup>3</sup> Os processos de retomadas, posteriormente abordados no artigo, fazem parte da tradição do movimento indígena como parte de uma ação direta que reflete a necessidade urgente de reencontrar um território expropriado e reestabelecer sua significação junto ao povo. Para mais referências sobre as retomadas Anacé, consultar NÓBREGA (2021).

<sup>4</sup> <http://adelco.org.br/centro-documentacao/terra-indigena-anace/>

O projeto do Porto do Pecém foi implantado gradativamente e logo na primeira etapa várias famílias foram remanejadas, dentre elas estavam muitas famílias Anacé. O município, que se chamava “Anacetaba” justamente pela forte presença Anacé, foi expropriado das comunidades tradicionais e destinado à indústria, por estar na zona costeira. A dinâmica local se transformou com a chegada desse empreendimento, com as construções de condomínios e hotéis de luxo para a moradia dos empresários e especialistas (engenheiros, técnicos, etc) que vinham de outras regiões do Brasil e do mundo. As terras tradicionais, historicamente ocupadas pelos Anacé passaram a ser ocupadas por empreendimentos, hotéis, condomínios, vilas de trabalhadores das empresas que foram sendo agregadas com as expansões desse polo industrial.

O Porto do Pecém faz parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) que é, atualmente, o maior empreendimento empresarial e industrial do Estado do Ceará e uma das principais bases da sua economia, está atrelado a diversos projetos desenvolvimentistas em todo o estado, posto que é responsável por escoar a produção primária para países europeus, asiáticos, etc. Além dos múltiplos impactos, social, econômico e político do Porto, o turismo predatório é marcante em toda região litorânea de Caucaia, conhecidamente as praias de Tabuba, Cumbuco e adjacências, fazendo com que a presença indígena fosse interiorizada, expulsa para longe do litoral. Em sua maioria, esses visitantes sequer têm conhecimento da violenta história que marca aqueles pontos turísticos, possivelmente não imaginam que todo aquele território já foi terra indígena. Assim como para os próprios moradores, de Fortaleza e Caucaia, a presença dos Anacé é, ora invisível, ora inconveniente. Nesse intercurso eles seguem lutando pela desafetação e demarcação do seu território, ao mesmo tempo que buscam construir uma boa convivência com os vizinhos, que, vez ou outra ocasionam atritos com as famílias indígenas.

Ainda que o tema “identidade indígena” tenha sido exaustivamente discutido nas análises antropológicas, acredito que algumas questões mereçam ser retomadas e repensadas a partir das experiências específicas dos povos “estudados”. Embora a relação histórica da antropologia com povos originários tenha contribuído tanto para a construção desse campo, como para o reconhecimento das múltiplas construções ontológicas e experiências sociais existentes, há, ainda, lacunas onde essas teorias já formuladas não alcançam o chão. Nesse interim, a etnografia auxilia em uma produção teórica que, cientificamente embasada, consegue abordagem aspectos mais profundos das estruturas sociais em questão, reconhecendo que existe um discurso predominantemente generalista que desvaloriza aspectos substanciais e imprescindivelmente importantes desses povos originários. Nos orientamos pela escolha metodológica de analisar a construção da identidade Anacé, a partir dos processos políticos

vivenciados por eles, utilizando a etnografia e pesquisa bibliográfica para escrutinar esse recorte estabelecido.

Temos como objetivo dar espaço para que o povo indígena Anacé apresente um pouco da sua história nesse - e com esse - território. Saliento, de antemão, que a presença de Anacé (e dos seus descendentes) é percebida em grande parte do litoral cearense, assim como em algumas cidades do sertão, pois, como uma grande nação que foi desmembrada, deixou seus frutos por muitos lugares do estado e muitas dessas pessoas permanecem afastadas de suas origens<sup>5</sup> por diversos motivos até hoje. Assim, o silêncio, outrora estratégia de resistência, passou a ser rompido e memórias que estavam submersas precisaram ser trazidas à superfície de modo a fortalecer e a conduzir uma luta coletiva para permanecer no território reivindicado (NOBREGA, 2021). O resgate e defesa dessa identidade é o romper de um silêncio que tem sido conveniente para esse modelo de sociedade baseado em uma uniformidade compulsória.

Diante do cenário apresentado, buscaremos fazer uma contextualização geográfica e histórica do povo Anacé, que se distribuem atualmente entre Japuara, Santa Rosa, Parnamirim, Cauípe e Reserva Taba dos Anacé, sendo, cada um desses núcleos, diferentes no que diz respeito aos conceitos e categorias abordadas. Optamos por desenvolver a pesquisa na aldeia Japuara, onde foi realizada a pesquisa etnográfica que sustentará o debate no decorrer do artigo, ciente que esse método tem implicações no resultado da pesquisa, pois, mesmo sendo parte do mesmo povo, as vivências étnicas, processos de resistência e territorialização são diferentes. Tendemos a generalizar os povos indígenas como parte da mesma identidade e categoria de análise, quando existe uma infinidade de possibilidades dentro desse recorte. Nesse caso, mais notoriamente, dentro do mesmo povo os aspectos dessa identidade e a composição da coletividade são bem distintos em cada um desses núcleos. As formas de se relacionar e experienciar a tradicionalidade, assim como as características e costumes que a demarcam, são estabelecidas localmente e não seguem uma regra de como ser ou como se portar, a sensibilidade e autonomia de se construir enquanto Anacé é o que marca esse processo.

Me arrisco a afirmar que, enquanto povos colonizados<sup>6</sup>, enfrentamos uma força opressora que instaura um modelo específico de relação com o mundo e com o outro. Essa

---

<sup>5</sup> Atualmente, os Anacé têm vivenciado um fenômeno social de busca de reconhecimento étnico de descendentes e/ou sujeitos que não participaram do levante étnico. Os chamados “indígenas em retomada” tem ocupado cada vez mais espaço na dinâmica social e políticas nos territórios indígenas. É esperançoso pensar que, na atual conjuntura, tenham um retorno à aldeia e à tradicionalidade usurpada. As camadas dessa luta ganham, dessa forma, novos contornos.

<sup>6</sup> Considero importante ressaltar que a pesquisa desenvolvida com povos indígenas perpassa uma abordagem crítica ao colonialismo que, embora não seja abordado nesse artigo, embasa os posicionamentos assumidos.

adequação das sociedades ao modelo ocidental de humanidade<sup>7</sup> visa a anulação das pluralidades culturais existentes à época da invasão, essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade (KRENAK, 2019). Essa reflexão é primordial na perspectiva indigenista, para perceber o quanto certas lógicas estão enraizadas no nosso olhar doutrinado pela cultura hegemônica (que nos afeta como um todo). No processo de construção do Estado-nação essas comunidades entram em via de extinção, posto que a padronização da estrutura social atua em função de uma suposta unidade nacional que minam (ou tentam) as idiossincrasias estabelecidas. Ou seja, ainda há esforços contínuos e diretos (em várias frentes) para apagar a presença e a memória indígena do território nacional.

No princípio do século, ainda sobreviviam 230 tribos no Brasil; desde então desapareceram 90, apagadas do planeta por obra e graça das armas de fogo e dos micróbios. Violência e doença, batedores da civilização: o contato com o homem branco, para o indígena, continua sendo o contato com a morte. (Galeano, 2012, p. 78)

## **1. Sobre os Anacé: breve contextualização**

Para uma melhor compreensão da situação antropológica que estamos buscando apresentar é necessário, inicialmente, apresentar um panorama da organização social e política dos Anacé, assim como uma breve contextualização histórica de processos decisivos. Em termos de organização política, os Anacé estão divididos em quatro núcleos principais: Grande Japura, Santa Rosa, Cauípe e Reserva Taba dos Anacé, cada um desse com suas próprias divisões e organizações internas, tendo ainda a aldeia Parnamirim como um subnúcleo. Além disso, há focos de indígenas Anacé dispersos no estado, tanto nos territórios litorâneos quanto em assentamentos rurais, o que torna esse panorama ainda mais complexo, visto que vivemos em uma dinâmica social que espalha os parentes<sup>8</sup> mais do que agrega, levando em consideração que o reconhecimento enquanto indígena e o envolvimento com as atividades da aldeia ainda enfrentam muitas dificuldades materiais e estigmas sociais.

No que se refere aos Movimentos Indígenas e participação política, os núcleos da Japura e Reserva são ativos e, conseqüentemente mais presentes no decorrer desse trabalho,

---

<sup>7</sup> Deixo em aberto, pela falta de tempo hábil para fazê-la, o debate levantado por Ailton Krenak (2019) sobre os reflexos epistêmicos e sociais da legitimação do conceito de “humanidade”.

<sup>8</sup> “É comum que indígenas de povos distintos tratem uns aos outros pelo termo “parente”, mesmo não havendo laço consanguíneo direto. Trata-se de uma categoria nativa, através da qual os representantes de diferentes povos reconhecem-se uns aos outros enquanto indígenas.” (Disponível em: [https://adelco.org.br/outros\\_documentos/glossario-politico/#:~:text=O%20termo%20parente%20n%C3%A3o%20significa,povos%20diante%20da%20sociedade%20global.](https://adelco.org.br/outros_documentos/glossario-politico/#:~:text=O%20termo%20parente%20n%C3%A3o%20significa,povos%20diante%20da%20sociedade%20global.))

principalmente porque foi onde se concentrou as vivências etnográficas. Dentre essas duas situações abordadas na pesquisa, é essencial assumir que apresentam diferentes formas de se relacionar com a tradicionalidade, territorialidade e identidade indígena, além de organização social e políticas diferentes. Atribuímos essa clara distinção, entre outros motivos, aos impactos indiretos da instalação do Porto do Pecém no território das aldeias que vieram a compor a Reserva, como explicado no seguinte trecho:

Desse modo, do ponto de vista indígena, como resultado do conflito com o CIPP, identificamos um processo de fragmentação e dispersão territorial não abordado nos estudos de impacto socioambientais dos empreendimentos. Até o momento, mapeamos, pelo menos, quatro territorialidades específicas Anacé: (1) a Reserva Indígena Taba dos Anacé; (2) a Terra Indígena Anacé (em estudo pela Funai), correspondente às aldeias de Japuaara, Santa Rosa, Mangabeira, Cauípe, dentre outras; (3) os indígenas que foram submetidos às primeiras desapropriações e encontram-se nos assentamentos de Novo Torém, Forquilha e Monguba; (4) os indígenas que permanecem no território declarado de utilidade pública para fins de desapropriação para implantação e expansão do Complexo. (NÓBREGA, 2021. Pg. 129)

Dito isso, destaco que nossa pesquisa etnográfica foi desenvolvida no território tradicional, no seio da Japuaara, aldeia mãe, como é chamada, justificando que é a partir desse recorte que serão feitas as análises propostas. É pertinente explicar que, independentemente da história comum e ancestralidade compartilhada, o processo de reconhecimento enquanto Anacé e a identidade construída a partir disso é diferente nas duas situações, assim como os processos de mobilização e organização política. Essas distinções são naturais visto a dispersão demográfica dos vários núcleos organizativos Anacé, ou seja, das várias aldeias e comunidades espalhadas por todo o território tradicional, do mar à serra, cada um com lideranças, histórias e costumes específicos. Se trata aqui de uma grande nação que foi repetidamente atacada e massacrada e seus descendentes se esforçam para recapitular os marcos dessa história e reconstruir essa tradicionalidade.

Se por um lado é inegável que os Anacé já estavam presentes nesse local durante a colonização, por outro, seu lugar foi recorrentemente e violentamente negado pelo Estado. De acordo com os relatos dos invasores portugueses, foi uma nação que persistiu na defesa do seu território, como consta nos estudos de Studart Filho (1931):

Os Anassés constituíam uma das poderosas tribus indígenas do Ceará. No governo de Domingos Sá Barbosa, desavieram-se Anassés e Jaguaruanas sendo preciso para acalma-los a intervenção do Pe. Pedro de Pedroso, que então missionava os indígenas da Ibiapaba. Em 1666 estavam os Anassés em franca rebeldia. Do regimento dado nessa epocha ao ajudante Phelippe Coelho de Moraes pelo Capitão-mór Mello Gusmã, para ir a Jericoacoara, consta lhe ter sido ordenado que se durante a viagem encontrasse alguma horda dessa nação lhe fizesse guerra, levando tudo a ferro e fogo e matasse todos os varões em estado de pegar em armas. Em 1694 Fernão Carrilho situou parte dos Anassés em Parnamirim, a 8 leguas ao N. da fortaleza de N. S. d'Assumpção, tendo talvez em vista o pedido que dois anos antes eles haviam feito a Pedro Lelou para se aldearem e baptisarem seus filhos. Os gentios de Parnamirim

foram, no segundo quartel do XVII século, agregados aos de Paopina. Essa nação de tapuias tomou parte do levante que teve lugar em 1713, sendo, mais tarde, grande número de seus membros mandados reunir aos Tabajaras de Villa Viçosa. (P. 74)

Esse trecho apresenta algumas relações estabelecidas entre os colonizadores e os indígenas do Ceará e suas tentativas de resistência a colonização, seja diretamente (através das batalhas) e ou buscando “abrigo” nas negociações com a Igreja<sup>9</sup>, que conseguia, por vezes, assegurar a vida dos catequizados. Uma sequência de revoltas e levantes, seguido pela represália por parte do exército, causou uma grande dispersão dessa Nação, que foram sendo agregada a aldeamentos distantes para minar as formas de resistência coletiva e 'afetar' a relação territorial, social, quando não eram efetivamente massacrados.

Um fato fundamental na história dos Anacé, marco de uma lembrança coletiva, foi o massacre ocorrido onde hoje é a Lagoa do Banana (ponto turístico do Cumbuco). Há relatos do massacre que vitimou centenas de indígenas, emboscando durante a noite pelo exército e covardemente assassinados, fazendo com que a lagoa virasse um mar de sangue:

A narrativa recorrente do massacre da Lagoa do Banana constitui uma relevante afirmação de uma identidade e origem comum. Tal identidade caracteriza-se pelo reconhecimento de uma ascendência que sofreu de modo agudo a violência do processo de conquista e submissão dos povos autóctones por parte dos colonizadores e do Estado Nacional. (MEIRELES, 2012, p.126)

Esse não foi o primeiro nem o último ataque que os Anacé sofreram do Estado, dessa forma, viram-se obrigados a se refugiar e esconder a identidade indígena, empurrados para regiões mais afastadas em busca de segurança, dando origem a várias aldeias interiorizadas que permanecem resistindo até hoje (SANTOS, 2013, p. 28). A expropriação das riquezas naturais, que garantiam a existência dos indígenas, foi orquestrada por interesses privados, de investidores e especuladores que contaram com a ajuda da conivência do poder público, transformando a terra livre e compartilhadas em grandes propriedades latifundiárias usada para fins meramente produtivistas e capitalistas, usurpando a vida que antes existam nesses territórios, modificando os sentidos e relações com a terra e a natureza (que não era uma categoria apartada da existência humana).

Dentro desse recorte, é importante situar que estamos trabalhando a partir da categoria “indígenas do nordeste”, conceituada por Oliveira (2004) e fundamental para a compreensão das conformações culturais do povo Anacé. Digo isso porque o apagamento das culturas indígenas do Nordeste, que foram declaradas extintas, não é um processo histórico fácil de

---

<sup>9</sup> Mas as missões religiosas foram instrumentos importantes da política colonial, empreendimentos de expansão territorial e das finanças da Coroa, localizadas principalmente no sertão do São Francisco. Para isso incorporavam ao Estado colonial português um contingente de “índios mansos” e que já era produto de uma primeira “mistura”. (OLIVEIRA, 2004, p. 25)

reverter, pelo contrário, esses indígenas que tiveram suas identidades usurpada lutam diariamente pelo direito a existência. É pertinente colocar essa definição porque essa é a visão que a sociedade cearense e nordestina tem sobre a questão indígena e dessa forma suas demandas não encontram apoio popular, não são suficientes para gerar empatia ou solidariedade com suas causas, pela falta de reconhecimento da legitimidade dessas demandas, associada a falta de conhecimento sobre suas culturas, pois,

No Nordeste, os “índios” eram sertanejos pobres e sem acesso à terra, bem como desprovidos de forte contrastividade cultural. Em uma área de colonização antiga, com as formas econômicas e a malha fundiária definidas há mais de dois séculos, o órgão indigenista atuava apenas de maneira esporádica, respondendo tão-somente às demandas mais incisivas que recebia (OLIVEIRA, 2004, p. 20)

A questão Anacé encontra ainda mais desafios na luta pela garantia de direitos básicos em decorrência da falta de reconhecimento da importância da preservação cultural e, por não apresentarem forte contrastividade, serem ainda acusados de fantasiar uma identidade para “ganhar terra” (essa ainda é uma acusação constante que os movimentos indígenas do Ceará enfrentam). Arelado a isso, a parcialidade jurídica associada aos interesses estatais puramente capitalistas, marginalizam as culturas indígenas no processo de construção desse estado nação que se adequa a civilização ocidental e enquadram suas tradições em um quadro folclórico pertencente a um saudoso passado. Essa percepção afastam os indígenas dos seus territórios e das suas tradições, tornando um desafio constante segurar a juventude nas aldeias e no movimento.

A morosidade (propositiva) nos processos de regulação das terras indígenas no Brasil coloca em risco a existência dessas culturas que tentam sobreviver a colonização e a marginalização. As notórias evidências da ocupação ancestral Anacé parecem não ser suficiente para garantir direitos sobre esses territórios, visto que sequer foi reconhecida a ocupação tradicional do território destinado a construção do CIPP, fazendo com que comunidades fossem sumariamente retiradas e assentadas em regiões mais afastadas do litoral:

Após os primeiros levantamentos de campo realizados, a Funai concluiu pela não existência da tradicionalidade na ocupação indígena nas áreas de Matões e Bolso, justamente as mais impactadas pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém, inclusive, onde se pretendia instalar uma Refinaria da Petrobrás. Entendeu o órgão indigenista oficial que, diante do conjunto de indústrias instaladas na área do CIPP e da presença considerável de não índios, não se poderia mais caracterizar o território como indígena, já que os Anacé haviam perdido a hegemonia no controle do seu espaço de vivência. (NÓBREGA, 2021, p. 223)

Inicialmente o CIPP foi projetado para ocupar 12.500 hectares. Com o passar dos anos, chegou a 33 mil hectares. Para a sua implementação quatro estradas foram abertas, rasgando o território indígena, modificando não somente a paisagem, mas as relações estabelecidas com

aquele território e a função atribuída a ele. Atualmente o Complexo conta com mais de 30 empresas, 22 em funcionamento e as demais em fase de conclusão, divididas em quatro setores: o primeiro é destinado às termelétricas e à Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP); o segundo, à refinaria e polo petroquímico; o terceiro, à área industrial e o quarto, é da área institucional, serviços e Zona de Processamento de Exportação (ZPE), de acordo com o site da AECIPP. Conta ainda com uma série de empreendimentos e estruturas que dão suporte ao seu funcionamento e que também vem causando transtorno nos territórios dos povos tradicionais, como a TransNordestina (ferrovia que visa ligar o porto do Ceará aos de outros estados), o Eixão das Águas (transposição de água do Castanhão), entre outros. Esse conjunto de obras favorecem a manutenção do Complexo do Pecém, contribuem para o escoamento de produção e para obtenção de recursos naturais que, atrelado a outros investimentos<sup>10</sup>, fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>11</sup>.

Mesmo que a legislação já contasse com tópicos de proteção aos direitos indígenas, o que os Anacé conseguiram na negociação com o Estado foi o deslocamento das aldeias que estavam no entorno do CIPP para uma Reserva Indígena, em 2018, quando o empreendimento passava por nova expansão, tornando os Anacé um grande inconveniente para o “desenvolvimento regional”. Por vias legais e constitucionais, como é explicado no trecho adiante, os Anacé teriam direito de permanecerem em suas terras tradicionais, tendo em vista que essa relação com a terra é fundamental para a execução de suas atividades tradicionais:

A Convenção n° 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, revê a Convenção n° 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. (...)

A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça (OIT, 2011).

Em articulação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Estado investiu trinta milhões na construção da primeira reserva indígena do Ceará, a Taba do Anacé, com cerca de 543 hectares, 163 casas, Escola Indígena e Posto de Saúde, para onde as famílias das aldeias Baixa das Carnaúbas, Matões, Currupião e Bolso foram transferidas em fevereiro de 2018. Outra parte das aldeias, no entanto, continua ocupando uma área de terra tradicional não

---

<sup>10</sup> Inúmeros são os projetos que estão circulando em torno da obtenção de recursos naturais, através da mineração em terras indígenas, da extração de urânio ou da produção de hidrogênio verde, que usarão o Porto para a exportação.

<sup>11</sup> O PAC é um programa de governo, lançado em 2007, na gestão do presidente Lula da Silva, criado para gerir projetos de investimentos em infraestrutura. (PAC, 2007), disponível em: [www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/noticias/pac/070123\\_PAC\\_INFRA-ESTRUTURA.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070123_PAC_INFRA-ESTRUTURA.pdf).

regularizada e lutando por direitos básicos, como a demarcação da terra e segurança dentro das suas comunidades, por exemplo.

Dito isso, é notório a conclusão que a Reserva Indígena Taba dos Anacé não é uma benevolência do Estado, mas uma ínfima reparação do crime contra esse povo, apontando que a Convenção 169 estabelece o procedimento de consulta livre e informada aos povos indígenas antes da realização de projetos que podem impactá-los, o que de fato não ocorreu. O Brasil aderiu a convenção no início dos anos 1990, mas só foi aprovada pelo congresso em 2002, embora siga sem uma execução comprometida desde então.

## **2. Processos de Luta e Resistência**

Quando tratamos do começo da mobilização em torno da identidade e levante étnico já se estabelecem diferenças fundamentais nos núcleos que compõem o povo Anacé, já citados acima. Para as aldeias que vieram a compor a reserva, o processo de levante étnico foi na década de 1990 e estava atrelado ao processo de implantação do Porto do Pecém, já para as aldeias da Japura esse processo foi diferente e posterior, orientado pela necessidade de terra para plantar e pela revolta contra os posseiros. Em conversa com Dona Maria, nossa interlocutora e antiga liderança, que reside em uma das aldeias mais antigas da Japura, perguntei como tinha sido se descobrir e se reconhecer dentro dessa identidade indígena e ela me respondeu, de prontidão, que não foi uma descoberta, pois nunca tinha se desligado dessa identidade, falou que ela e seus parentes sempre souberam da tradicionalidade que circulava naquelas terras e salientou que os ensinamentos que vieram dos seus pais, em especial sua mãe que era parteira e curandeira, eram notadamente indígenas.

Ao abordar a questão do levante étnico como se essa identidade estivesse adormecida (como pode acontecer em algumas ocasiões) deixamos de lado essa situação onde a identidade é latente e constantemente oprimida, mas nunca deixa de estar lá. As mobilizações que deram início ao processo de levante étnico da Japura (posterior ao levante das aldeias afetadas pelo CIPP) aconteceram em 2004, marcado fundamentalmente pela primeira retomada, que define o início da aldeia, sob a liderança do então Cacique, Antônio, e do Cacique da aldeia Santa Rosa, Cacique Jonas.

Nessa mesma conversa Dona Maria me fala sobre a criação do seu primeiro filho, Wellington, que antes de ser ensinado sobre o que é tradicionalidade e identidade, já falava com os encantados, via os defensores da floresta e era protegido e disciplinado por eles (alegando ser punido no caso de infligir mal a floresta). Foi importante notar, nessa conversa, que ao falar de identidade Anacé a espiritualidade foi uma característica fundamental,

recorrentemente abordada. Nesse território afetado pela grilagem e exploração da mão de obra indígena pelos fazendeiros, o aspecto mais constante dos diálogos que estabeleci foi a encantaria, as lendas, a herança, os mitos. O fato material da miséria e exploração sofrida historicamente não ocupa o maior espaço quando se trata da questão Anacé. A multiplicidade de fatores que constroem uma identidade política ganha potência e profundidade nas conversas a beira da fogueira a noite, tomando um café, nos terreiros das casas aldeia a dentro. Em toda casa que passamos surge histórias que vão condensando um povo, aproximando em alma e espírito pessoas que estão dispersas em uma terra disputada, maltratada e mutilada.

O contato dos indígenas Anacé com a sociedade não-indígena foi e ainda é constante e elevado, uma vez que suas economias estão ligadas (indígenas trabalham para os comerciantes e empreendimentos locais), o que não impede, por exemplo, que tenham fortes demarcadores culturais e relações sociais diferentes baseadas em uma ancestralidade ligada a etnicidade e ao território, atravessados por sentimentos e disputas:

Os territórios em diferentes escalas se sobrepõem, são utilizados de diferentes formas assim como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam gerando multiterritorialidade. Esses processos complexos muitas vezes são generalizados, dificultando análises mais aprofundadas. (FERNANDES, 2008, p. 205)

Essa conjuntura social e territorial, atrelado ao descaso jurídico, não é incomum para os povos indígena do Ceará, que são questionados sobre seus direitos territoriais, em um local com alto grau de intrusão de povos não-indígenas. Essa interação não faz com que suas culturas sejam menos ou mais indígenas ou importantes de ser defendidas e preservadas, inclusive a partir da garantia da terra e segurança para a reprodução cultural.

Em primeiro lugar, torna-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. Em segundo lugar, há relações sociais estáveis, persistentes e frequentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras como também muitas vezes baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados. Dito de outro modo, as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos. A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias. (BARTH, 2000, P. 26)

Frequentemente os indígenas do Ceará e particularmente os Anacé são acusados de não possuírem tradicionalidade, ascendência indígena ou sequer diferenças identitárias e culturais, sustentando a crença colonialista que a cultura indígena foi superada pela modernidade. É notório que a estigmatização da identidade indígena ainda é um processo pertinente,

popularmente é associada a um passado estático, dessa forma, se convencionou alegar que os indígenas não tem direito a terras geograficamente importantes para o estado, uma vez que não são compreendidos como sujeitos de direitos, no máximo se é aceito a representação caricata do que já foram um dia.

Os Anacé ainda vêm sendo prejudicados pelas obras de expansão do CIPP, que estão devastando a terra, dificultando o acesso à água e ameaçando suas formas de vida tradicionais. O CIPP passou por várias expansões, essas obras foram adentrando nas terras tradicionais, encurralando o povo no seu próprio território, causando grandes impactos às aldeias. A exemplo disso, eles denunciam a retirada de água das nascentes do Lagamar do Caiupe (que é a garantia do acesso à água de mais de 20 mil pessoas), a devastação dos seus solos para plantio e hortas coletivas e a destruição de espaços históricos, importantes para a memória coletiva e ancestral dessa etnia (MEIRELES, 2012). Assim percebemos que identidade, história, organização política e autorreconhecimento são fatores que se determinam mutuamente, nos fazendo pensar que a questão Anacé só pode ser compreendida juntando este emaranhado de fatores numa vista global desta situação.

Nos anos de 1994 e 1996, ocorreram dois fatos em nossa comunidade que mudaram os rumos da nossa história. O primeiro foi a construção e instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), onde um “vizinho estranho” passou a ameaçar a terra na qual vivíamos, sendo esta ameaça real, uma vez que comunidades vizinhas à nossa, como Gregório, Torém e Giraú, foram removidas para assentamentos<sup>5</sup>. O segundo fato foi uma gincana realizada pela escola, com o objetivo de fazer os alunos descobrirem a origem do lugar, justamente para promover a valorização do território e como forma de fortalecer a comunidade para o enfrentamento do “vizinho estranho”. Assim, realizamos pesquisas sobre os lugares importantes para a comunidade, sobre a cultura e, para tanto, entrevistamos os idosos, que relataram as suas histórias de vida. Essa gincana nos despertou para as nossas origens indígenas. Isso mudou a forma de nos relacionarmos com o lugar, conosco mesmos, com os grandes grupos empresariais envolvidos no CIPP e com o estado brasileiro. Nossos idosos pediram que não levássemos esta história adiante e que “mesmo sendo indígena, isso não mudaria nada”, pois este “processo de desenvolvimento é mais forte que a comunidade”. (LIMA, 2017, p. 19)

Com base neste cenário, os agentes sociais passaram a acionar os mecanismos políticos que pudessem lhes garantir o direito de permanecer na terra e a entrar na luta judicial junto aos movimentos sociais (BRISSAC, 2010). Esse contexto, de acordo com Gohn (2008), propicia o desenvolvimento de identidades políticas, ou seja, aquelas que surgem no processo de luta diante do cenário de violência, comum ao modelo de estado colonialista brasileiro e recorrente na história dos povos indígenas. O surgimento dessas identidades múltiplas, fruto dessas relações e de fatores políticos, se dá pela necessidade política de lutar enquanto indígena, utilizando essa categoria de resistência e reconhecendo a importância de levantar esse debate da permanência e existência de indígenas no Ceará, tendo em visto a invisibilidade dessa luta

em âmbito nacional e especialmente local (OLIVEIRA, 2004). Estima-se que a ocupação inicial dos Anacé podia chegar a mais de 10 mil hectares, segundo o Parecer Técnico (MEIRELES, 2012), desses restam algo em torno de 1000 hectares e a partir de suas retomadas e autodemarcação continuam lutando para que a terra seja regularizada.

Neste processo da busca pela permanência em seu território originário cria-se uma identificação (social, identitária, étnica, política) que havia sido perdida (tirada). Neste encontro das várias gerações, nos processos de luta, cria-se um novo imaginário coletivo que tende a reerguer a noção de povo Anacé e de seres instituídos de direitos. O cotidiano das disputas territoriais com os megaempreendimentos (resultante da ação público-privado) cria um desgaste nos indígenas em reação a usurpação ali perpetrada, porém cria, de maneira inversa e proporcional, uma identidade coletiva de resistência que sustenta os mais velhos e localiza os mais jovens na questão indígena.

Esse conflito fortaleceu a construção da identidade coletiva, a partir da história compartilhada e do processo de reterritorialização (LITTLE, 2002). Os “processos de territorialização” conjugam as mobilizações acionadas a partir da força política das identidades assumidas. Nesse campo, os agentes unidos na forma dos movimentos sociais, ganham visibilidade e poder político para intervir nas determinações governistas e empresariais que tentam dominá-los (ALMEIDA, 2004, p. 118).

Com relação às aldeias, o inimigo se apresenta no cotidiano como fazendeiros, posseiros, grileiros, especuladores, empreendedores, empresários. A usurpação das terras indígenas Anacé pelo capital privado é um aspecto visível quando percorremos as aldeias e ouvimos os relatos dos moradores mais antigos, é recorrente o relato de famílias que foram forçadas a “vender” suas terras por ínfimos valores, sob ameaça de morte e despejo, assim como é comum aparecerem lagoas e rios cercados repentinamente. Espaços que antes serviam para a comunidade coletivamente, tanto para os trabalhadores da terra quanto para a diversão das crianças, como me explica Wellington, hoje tem o título de propriedade e nenhuma serventia para a população do entorno.

O Estado e seus aparatos legais possuem papel central no desenrolar desse conflito, operam em uma lógica territorial divergente e exerce seu poder e soberania aquém dos princípios constitucionais, também produzem discursos e narrativas próprias. Se não estabelecem um domínio direto, a partir da violência policial (garantida pela impunidade e privação de instância jurídica imparcial), o fazem de forma indireta, tutelando o movimento indígena, se apropriando de suas reivindicações mais básicas e dando-lhes soluções paliativas e assistencialistas, construindo uma relação de dependência estagnante.

Ao contrário do discurso e da lógica dominante que tenta despolitizar/neutralizar os sujeitos em questão, o povo indígena está diretamente envolvido nos conflitos político-econômicos do Brasil e do Ceará e no acirramento violento que estamos vivenciando, com a retirada de direitos, intensificação da exploração e opressão e a habitual deturpação da Constituição de 1988, que vem sendo sistematicamente modificada. A luta dos povos indígenas se opõe a essa estrutura colonialista e as relações produzidas a partir dela, defendendo seus direitos e autonomia, que se apresenta como um entrave ao “progressismo neoliberal”.

Observa-se a tendência de pensar o progresso como um elemento constante e sem custo material e humano, e como algo inerente às sociedades, que em tese, são todas atingidas pela sua benevolência. É preciso fazer o esforço ético de analisar a situação por outras óticas, dos que são danosamente atingidos e assombrados pela sua magnitude, para esses, as promessas soam como ofensas, como explica esse trecho do filme *O Assobiador*<sup>12</sup>:

Esses grandes empreendimentos que tá vindo por aí ele não vem nada para favorecer nós índio, e sim para prejudicar o nosso povo índio, porque nós somos um povo que não temos estudo e esses grandes empreendimentos que vem é para quem tem grandes estudos e pra nós só vem mesmo pra prejudicar e destruir as nossas matas e nada de bom pra nós índio, nada de bom.

A urgência pelo progresso é baseada na necessidade de consumo material, esvaziado de sentido, o desenvolvimentismo tem atingido um status de certeza no imaginário social (ESCOBAR, 1995). O movimento indígena traz uma proposta que se choca violentamente com essa ambição e com a forma intransigente e irresponsável como ela é colocada. Estamos falando de dois movimentos que estão se construindo rapidamente e um de encontro ao outro, ao passo que toda energia da política hegemônica e eleitoreira visa o desenvolvimentismo como um Deus salvador, o movimento que se insurge da base da sociedade nega esse falso salvacionismo e se fortalece cada vez mais, utilizando todas as armas que dispõem, seja a partir dos instrumentos jurídicos, burocráticos ou, quando necessário, do próprio corpo-território<sup>13</sup>. A partir da redemocratização e defesa da constituição, os debates em torno de identidades e demandas marginais são fortemente pautados. A exemplo disso, temos o crescimento da população indígena em 205%, segundo o IGBE, entre 1991 e 2010 que fizeram avançar seus direitos a partir de 1985, retomando os espaços negados pela sociedade branca etnocida.

Até recentemente, a estratégia de sobrevivência para os Anacé era ocultar sua identidade indígena, assim como hoje – após a virada histórica produzida pelo reconhecimento pela Carta Constitucional de 1988 do direito dos povos indígenas à diversidade cultural e à sua terra tradicionalmente ocupada – é a afirmação da sua identidade (MEIRELES, 2012, p. 139).

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TeZzebOtKR4&t=545s>

<sup>13</sup> Utilizamos esse conceito para enfatizar a relação dialética que os povos indígenas estabelecem entre terra e indivíduo, como duas instâncias inerentes uma a outra e que se constroem e resistem em conjunto.

### 3. Identidades Políticas em Movimento

Em termos gerais, estamos analisando os pilares que sustentam a construção da identidade Anacé, admitindo que esta difere das demais identidades. Utilizaremos para isso o conceito de etnogênese - processo histórico de configuração de coletividades étnicas/ressurgimento de grupos étnicos considerados instintos, miscigenados ou aculturados - pois esse processo também está presente na afirmação da identidade Anacé. O posicionamento desenvolvido em concordância com a identidade indígena foi tanto gradual, como socialmente construída diante dos conflitos enfrentados. Ainda que suas origens indígenas e tradicionalidade fossem latentes, seus aspectos mais evidentes estavam velados a muitas décadas, depois de uma série de perseguições e ataques. Com a necessidade de defesa territorial e organização política, esses “traços culturais” foram se evidenciando, culminando em um levante étnico que reivindicava a identidade indígena.

Esse conceito, etnogênese, foi cunhado para dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas como resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões (BARTOLOMÉ, 2006). Essa identidade foi construída com a junção de muitos elementos e hábitos de origem indígena que estavam presentes no cotidiano da comunidade, como o roçado coletivo (a prática de fazer plantio e colheita com divisão de tarefas entre eles), as curandeiras (os) (ou benzedeadas, que fazem a manipulação de plantas medicinais e rezas de cura), etc. Outros aspectos foram aprendidos com outros povos indígenas (reaprendidos), pois haviam sido perdidos com o tempo e com o medo de perseguição, como as pinturas, roupas feitas de palha, artesanato, entre outras coisas. Em nenhum momento da história os Anacé deixaram de ser índios, as características são essencialmente diferentes em cada fase e, nesse caso específico, em cada localidade também. A conceitualização de Barth (2000) sobre as fronteiras sociais funciona, nesse contexto, para explicar como as identidades e tradições específicas vão se conformando a partir da sociabilidade e territorialidade:

As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para determinação do pertencimento ou exclusão. Os grupos étnicos não são apenas ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos; e as diferentes maneiras através das quais eles são mantidos, não só as formas de recrutamento definitivos como também os modos de expressão e validação contínuas, devem ser analisadas. Além disso, a fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais (P. 34).

Foi a partir da etnografia, por meio da observação participante, que os aspectos cotidianos dessa identidade “genérica”, que é ser ‘índio’ no Brasil, ganha contorno mais realista e menos essencialista, percebendo que o caminho para a construção dessa identidade segue por vias diferentes em cada caso. O processo de descoberta da ancestralidade indígena é apenas um fato, que abordamos nesse artigo, mas se reconhecer individualmente nesse ‘ser índio’ é uma construção paulatina e cheia de intermédios, de conexões e desconexões, inseguranças e tende a buscar formas cada vez mais criativas de integrar as pessoas, pois a estigmatização e o desconhecimento em torno desse contexto ainda é alarmante. Tive conversas com pessoas do movimento indígena, que nasceram na aldeia (de pais que não se reconheciam indígena apesar de serem descendentes) e diziam que estavam se esforçando para serem indígenas, como se ainda faltasse algo que configurasse esse pertencimento a eles. Na ocasião de nada adiantaria uma voz externa convence-los do contrário, tentei meramente compreender o que, para ele, faltava para completar essa identidade. As questões que apareceram eram de ordem externa a necessidade do povo, estavam ligadas a leitura feita externamente e a ideia de que para ser índio Anacé tinha que ser agricultor, caçador, entre outras coisas que outrora seria correto.

Coloco aqui o cotidiano como uma prática não reflexiva, envolto de questões cheias de significado dentro de uma conjuntura culturalmente distinta. Se fazer indígena nos pequenos afazeres cotidianos não é menos fortalecedor dessa identidade do que os parâmetros estabelecidos nacionalmente para o movimento indígena. Tratamos sobre as multiplicidades de relações estabelecidas com a construção identitária, que, longe de ser um processo linear e acrítico, é uma construção orgânica, diariamente disputada e retomada.

Reconhecemos que a adoção da etnicidade nesse contexto é, além de uma demanda política e história, a adoção de um conjunto de valores e símbolos, que se assume distinta ao modelo social hegemônico e, mesmo com a proximidade geográfica, constrói um sistema social através de lógicas ancestrais e epistemologias tradicionais. A transfiguração cultural – a adoção de numerosos traços materiais e simbólicos da sociedade envolvente – não implica o enfraquecimento automático das identidades étnicas, mas sua reformulação em um novo contexto qualificado como “cultura de contato”, que, como explica Cardoso de Oliveira (1976), mais que um sistema de valores, a cultura de contato consistiria no “conjunto de representações que um grupo étnico faz da situação de contato em que está inserido e nos termos da qual classifica (identifica) a si próprio e aos outros” (p. 23). Ou seja, a situação interétnica estaria informada pelo sistema cultural que orienta os agentes, no sentido da rotinização de suas relações e identidades (p. 47).

A etnicidade pode ser modificada, recriada, construída e reconstruída de acordo com a necessidade conjuntural dos atores e não atua como um fato dado, imutável e essencialista. Muito embora ainda exista no imaginário social (e até no meio científico) o entendimento que as culturas, identidades e costumes, para serem considerados legítimos devem se diferenciar totalmente e essencialmente da sociedade hegemônica (como se a ausência de contato fosse possível nesse caso), não percebe que uma sociedade é inerentemente parte da outra, seja por ‘agregação’ ou oposição, baseado no conceito de fricção interétnica:

Chamamos “fricção interétnica” o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituais, assumindo esse contato muitas vezes proporções “totais”, i.e., envolvendo toda a conduta tribal e não-tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica. Entretanto, essa “situação” pode apresentar as mais variadas configurações [...]. Desse modo, de conformidade com a natureza socioeconômica das frentes de expansão da sociedade brasileira, as situações de fricção apresentarão aspectos específicos. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1962, p. 86)

Outra questão que é central nesse debate é a territorialidade, que é fundamental na perspectiva identitária. Tudo se constrói em torno e com o território, que demanda uma organização social e, por sua vez, orienta a ação dos atores em uma relação dialética. Nesse contexto temos dois processos distintos de territorialidade, uma vez que a reserva e aldeia habitam territórios diferentes e estabelecem diferentes relações com esse e, conseqüentemente com a cultura. São outras práticas, saberes e tradicionalidades que estão se construindo e reconstruindo em cada espaço. Inicialmente é importante delinear que territorialidade é, em termo gerais, uma reorganização social radical que implica: 1. Criação de uma nova unidade sociocultural e identitária diferenciados. 2. Mecanismos políticos para gerir o ambiente. 3. Controle social sobre os recursos ambientais. 4. Reelaboração cultural (BARTOLOMÉ, 2006, p. 53), ou seja,

territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (OLIVEIRA, 2004, p. 24).

Figura 1: Visita para cuidar do túmulo onde está plantado Cacique Antônio<sup>14</sup>



Fonte: Própria autora

Figura 2: Wellington fazendo pintura no seu filho mais novo antes de uma mobilização.



Fonte: Própria autora

A questão indígena está intimamente ligada a questão do desenvolvimento do país. Seus territórios são alvos de infindáveis disputas para a exploração extrativista e comercial. Na contramão dos direitos originários destes, o país segue se “desenvolvendo”, e se faz necessário debater os desdobramentos do progressismo neoliberal que avança sob as comunidades tradicionais. O crescimento econômico é apresentado como promessa falaciosa de tirar o país da miséria e gerar renda, esse e outros discursos são criados para justificar a expropriação de

---

<sup>14</sup> Um traço característico muito importante dos Anacé da Japuaera é o respeito aos indígenas que encantam. Por isso seus cemitérios são dentro do território e esses espaços são visitados e cuidados por toda a comunidade.

terra e recursos, independente de quem esteja sendo prejudicado. Nesse sentido, queremos tensionar as relações de poder que configuram esses embates.

É fundamental compreender as implicações devastadoras advindas da escolha deste modelo de desenvolvimento das forças produtivas no Ceará, e de forma mais aguda na região do Pecém, beneficiando setores da elite industrial e enchendo os cofres do Estado, porém com custos à vida, recursos naturais e cultura do povo Anacé. Entendemos a urgência em estudar tais projetos, que colocam em risco a forma de vida de comunidades tradicionais e contam com o apoio do Estado, que não se compromete com a defesa destas populações, conforme Feitosa (2014):

Os detentores do poder sabem que na maioria das vezes são protegidos pela impunidade que existe no país e não se limitam a disputar judicialmente, apelam para as agressões e violência física. Pior ainda quando o Estado brasileiro, através de suas forças de repressão, participa das agressões às comunidades.

#### **4. Vozes que sustentam florestas**

Essa lógica que o Ocidente criou de demarcar território, de enquadrar as formas de vida dos povos originários causou danos irreversíveis às nossas formas de estar no mundo, danos que se repetem por falta de um bom encontro que possa reconciliar essas perspectivas de mundo em disputa. [...] Como deixar de acreditar no mundo como uma plataforma extrativista? (KRENAK, 2020, p. 21)

A legitimação das epistemologias ocidentais universalizantes sobrepõe-se aos saberes baseados na prática, oralidade e sensibilidade (no sentir o mundo). A autoridade intelectual da classe dominante e o controle social do conhecimento tido como universal tem implicações políticas imensuráveis, além de delimitar interesses e padrões aquém das experiências múltiplas apresentadas no presente artigo, alheio aos anseios e necessidades dos povos, estabelecem pilares que aniquilam a subjetividade, pois,

Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. (KRENAK, 2019. P.15)

A defesa da identidade indígena tem um papel social e político bem definido e ainda pouco reconhecido, pois entra em choque com as definições colonialistas atreladas a civilizações modernas. A antropologia entra aqui como uma ciência que não apenas se serve, mas que busca estar a serviço dessas identidades, através da pesquisa de campo, buscando aproximar esses saberes essencialmente distintos. Para além da compreensão dessa identidade Anacé, nos interessa ressaltar a forma como essa construção se mantém e se reinventa através das gerações. Há um conhecimento, um saber específico que é repassado no dia a dia na aldeia,

através da oralidade e da prática, nos afazeres do roçado e do movimento indígena, que exige, por si só, um grande comprometimento das famílias. A casa de Wellington, onde fui acolhida para fazer a pesquisa etnográfica, é uma presença constante no movimento indígena da aldeia Japura e foi fundamental para minha compreensão sobre a preservação dessa tradicionalidade e ancestralidade.

Nascido na aldeia, Wellington é uma liderança antiga no movimento indígena da Japura e faz questão de receber pessoas em sua casa, para contar sua história e a história do seu povo, das encantarias, da vida que existe na mata que nos cerca. Sua mãe, Dona Maria (mencionada anteriormente), fez parte do processo de organização e levante da aldeia, juntamente com Cacique Antônio, o que fez com que desde cedo Wellington estivesse envolvido com as demandas da comunidade. Foi professor na primeira escola indígena da Japura, ensinando<sup>15</sup> as crianças nos terreiros e debaixo das árvores. Climério, atual Cacique, foi um desses alunos e compõe hoje esse núcleo familiar, que nesse caso possui uma configuração que dispensa o parentesco consanguíneo, tendo no apadrinhamento<sup>16</sup> um elo mais constante. Wellington aponta para a serra, que pode ser vista do terreiro da sua casa, e conta dos encantados que moram nela, conta da pedra do índio, que, de algum ângulo, aquela pedra forma o rosto de um índio (posso ter olhado todas as vezes que andava pelo território, procurando o ângulo certo, mas confesso só ter visto uma grande pedra coberta por mata, talvez o ângulo certo seja um pouco mais complexo ou exija maior nível de abstração).

Ainda olhando para esse horizonte, no cair da noite, ouvi uma das histórias mais lindas, que jamais saiu da minha cabeça. Nosso grande contador de história, Wellington, conta que, durante a colonização, quando seus território vinham sendo invadidos litoral adentro, abriu-se um portal naquela pedra do índio e centenas de indígenas Anacé conseguiram passar para o outro lado onde, livres dos brancos, puderam viver livremente na terra onde estão até hoje, preservado cuidadosamente a cultura Anacé e protegendo espiritualmente aquele território. Segundo ele, é possível ver a cicatriz deixada na rocha durante a passagem, sinal de que o reencontro ainda pode acontecer. A simbologia dessa história é tão importante quanto a sensação de esperança e nostalgia que ela traz. A força que emana dessa sensibilidade em olhar

---

<sup>15</sup> Sem formação específica para essa atividade, Wellington costuma dizer que ficava “inventando um monte de mentira pras crianças”, querendo dizer que repassava as histórias dos mitos e encantaria que habitam a mata, onde ele costumava caçar com seus tios e primos. Talvez ele não percebesse que a tradicionalidade e territorialidade se construía também na perspectiva mística, de olhar a mata para além da materialidade.

<sup>16</sup> É muito comum as pessoas da aldeia pedirem para ser apadrinhada como sinal de respeito e lealdade, independente da idade e parentesco familiar. Funciona como um acordo informal de elo político.

a rocha e a mata que a cerca é, além de mal compreendida, subestimada por aqueles que não conseguem sentir a essência das coisas.

Essa modernidade, que nasce com a expansão do Ocidente sobre as Américas e África a partir do domínio político e cultural dos povos nativos, se limita ao presente e ao material. A modernização supõe um afastamento sistemático da natureza, uma vez que ela passa a ser apenas matéria prima para a transformação do mundo pela intervenção humana, coisificando o que está para além da aparência humana (considerando que nem todos os humanos são dignos da dita humanidade ocidental, alguns são coisificados como pertencente ao campo natural, “selvagem”), nos inserindo compulsoriamente na era do Antropoceno<sup>17</sup>, estruturado e estruturante da progressiva desconexão. Segundo Latour (2021), podemos pensar a desconexão em vários níveis, entre o que chamamos genericamente de humanidade e sociedade, por não termos compreensão dessa coletividade, o que ela fez/faz e o que representa. Nossa desconexão faz nos distanciarmos de tudo que é diferente, ignorar tudo que não nos afeta diretamente, que nos fez perder sistematicamente a empatia e a capacidade de sentir a urgência da mudança. A desconexão que nos isola em um mundo com sentidos e lógicas completamente deturpadas.

Figura 3: Wellington contando história no terreiro da sua casa



Fonte: Própria autora

## Conclusão

Abordamos, no decorrer do artigo, as expressões da identidade Anacé e algumas questões que tangenciam sua formulação. A investigação desse objeto, através de pesquisa de

---

<sup>17</sup> Cunhado a partir dos anos 2000, o conceito de Antropoceno vem sendo amplamente debatido na comunidade científica e vem ganhando cada vez mais relevância no campo antropológico. Em termos gerais, esse termo quer dizer que a ação humana sobre a natureza tem sido tão enfática e transformadora que configura uma nova era geológica, onde as mudanças do clima e do ecossistema são de origem humana e não “natural” como nas outras eras.

campo etnográfica, buscou se amparar em alguns conceitos predominantes que subsidiaram a compreensão desse fenômeno - construção da identidade Anacé - e embasaram as perspectivas metodológicas estabelecidas para este campo. Territorialidade, tradicionalidade e organização política e social envolvidas com as lutas e militâncias, se combinam em um movimento contínuo e dinâmico na formulação de uma alteridade específica dentro desse recorte temporal e territorial. Nossos esforços retóricos e argumentativos são direcionados para tensionar as complexidades desse processo coletivo de fortalecimento identitário. Percebemos uma construção que não se dá apenas por uma via, é preciso, todavia, mobilizar todo um conjunto de elementos simbólicos e materiais para alicerçar a manifestação dessa identidade, como demonstrado nos tópicos que apresentamos.

Considerando a multiplicidade de arranjos possíveis da tradicionalidade no mesmo povo, abordamos um contexto em particular, os Anacé da Japuaara, para perceber a formação identitária partindo do micro, que não deixa de estar atrelado aos conflitos de grande escala que afetam o povo. A historiografia dos Anacé, associada aos processos de territorialização são elementos que intensificam o pertencimento a essa identidade coletiva, que renasce dentro da luta. Esses aspectos são muito importantes para dizer que a generalização da questão indígena é oportunamente colocada pela literatura hegemônica de modo que as demandas individuais não encontrem eco. É através de trabalhos como esse que podemos perceber como essa construção cultural não fruto de uma imposição nacional que estabelece ‘como ser índio’, mas de uma constante formulação e reformulação que envolve a terra, a história, a organização social e política, é uma construção que vem da base, se erguendo pouco a pouco através muito mais da materialidade do cotidiano do que de uma premissa estabelecida nacionalmente. “Si el gran lema y, yo diría, la utopia posible del momento es la utopía de un mundo diverso, no debemos perder de vista la dimensión de la diferencia radical de culturas y la pluralidad de mundos donde esas diferencias cobran sentido” (SEGATO, 2018, p. 163).

Como sementes teimosas<sup>18</sup> que insistem em brotar, o movimento indígena mantém, sustenta e resgata a tradicionalidade e ancestralidade indígena em um movimento dialético e constante, mobilizando e conscientizando seu povo. Segundo o pensamento indígena, os saberes ancestrais repousam em seus corpos, pois a morte não se define pelo fim da existência dos seus parentes e guardiões da cultura, o mundo dos mortos não está separado do mundo dos

---

<sup>18</sup> O movimento indígena da juventude Anacé se autorreferencia como “sementes teimosas” que brotam em um solo extremamente inoportuno e crescem, por teimosia, desprovido de condições básicas.

vivos, essa desconexão faz com que as pessoas pensem que estão sozinhas em seus sentimentos e conhecimentos, quando existe um saber que espiritual que antecede sua existência.

O lado da humanidade que cresceu rodeado de uma cultura mercantilista produziu uma essência voltada para dentro de si, adoecido e alienado. Outras humanidades experimentam a vida a partir de outros sentimentos, afetos, desafetos e conexões, que exploram o lado de fora de si como uma projeção, inerentemente interligado. Longe de tender a romantização e essencialismo das populações pré-coloniais, pensamos que a pluralidade de conexões que os indígenas protagonizam são fundamentais para o adiamento do colapso, não somente ambiental, como humanitário. As filosofias indígenas apresentam outras formas de compreender e se comunicar com o mundo, sem fazer com que nossa estadia na terra seja uma devastação. A relação com o passado (com a ancestralidade) representa a pertença a algo maior do que sua própria existência, que é passageira, mas há, nessa passagem, a responsabilidade de defender os saberes e práticas sociais particulares.

Devemos acreditar que, em sã consciência, nenhuma pessoa de bem pode concordar e se sentir feliz com a construção de um Brasil à custa de um cemitério gigantesco com cinco milhões de vidas humanas exterminadas em cinco séculos, cujo único infortúnio é que estavam aqui, por obra e ordem do Criador, quando da chegada dos invasores europeus. Um Brasil que continua sendo “construído” ou “destruído” à custa de milhares de vidas de pessoas indígenas, negras, pobres e da destruição da natureza. (BANIWA, 2020, p. 25)

Figura 4: Climério Anacé a esquerda, preparando para o encontro da juventude. A direita, seu afilhado Wenzel, aprendendo a tocar tambor.



Fonte: Própria autora

## Referencial

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 6, N. 1. Maio 2004
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. MANA 12(1): 39-68, 2006.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (org.) **O guru, o iniciador e outras formas variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 25-67.
- BANIWA, Gersem. **De Gersem Baniwa para as pessoas que sonham um outro Brasil**. In: Suzane Lima Costa, Rafael Xucuru-Kariri (organizadores). 1. ed. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros, arte e café. Cartas para o Bem-Viver. 2020.
- BRISSAC, Sérgio Góes Telles; NÓBREGA, Luciana Nogueira. **Benzedeiras Anacé: a relevância dos ritos de cura na emergência étnica de um povo indígena do Ceará**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2010. Belém. Anais. Belém-PA. 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Estudo de áreas de fricção interétnica do Brasil** (Projeto de Pesquisa). América Latina, v. 5, n. 3, p. 85-90, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- FEITOSA, Saulo Ferreira; BRIGHENTI, Clóvis Antônio (organizadores). **Empreendimentos que Impactam Terras Indígenas**. Brasília: Cimi (Conselho Indigenista Missionário), 2014 – 76p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 197-216.
- GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.
- GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola. 2008.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- \_\_\_\_\_. **De Ailton Krenak para quem quer cantar e dançar para o céu**. In: Suzane Lima Costa, Rafael Xucuru-Kariri (organizadores). 1. ed. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros, arte e café. Cartas para o Bem-Viver. 2020.
- LATOURETTE, Bruno. **Esperando Gaia**. Piseagrama, Belo Horizonte, seção Extra!, XX fev. 2021.
- LIMA, Thiago Halley Santos de. **O Conhecimento na Escola Indígena no Ceará: práticas de ensino diferenciado na escola indígena direito de aprender do povo anacé**. 2017. 113f. Dissertação (mestrado acadêmico) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.
- LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, n. 322, Brasília: UNB, 2002.
- MEIRELES, Jeovah; BRISSAC, Sérgio; SCHETTINO, Marco Paulo. **O povo indígena Anacé e seu território tradicionalmente ocupado**. Parecer Técnico nº 01/09. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 4, nº 1, p. 115 – 235. Jan./Jun. 2012.
- NÓBREGA, Luciana N.; BARBOSA, Lia P. **“Relevantando a aldeia, fortalecendo nosso espírito de guerreiro”: reflexões sobre corpos, territórios e encantaria nas retomadas Anacé**. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 8 (17): 217-234, maio a agosto de 2021.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da**

volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª edição. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

SANTOS, Potyguara Alencar dos. **Exumando corpos de Índios: a emergência Anacé e os novos dramas étnicos e desenvolvimentistas no Nordeste Brasileiro**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 214-252, jan./jun. 2013.

STUDART FILHO, Carlos. **Notas históricas sobre indígenas cearenses**. In: Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Ano XLV; 1931.

SEGATO, Rita Laura. 2018. **Identidades políticas/ Alteridades históricas: Uma crítica a lãs Certezas Del Pluralismo Global**. Anuário Antropológico 22 (1):161-196. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6709>.